



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## 2.º SUPLEMENTO

IMPrensa NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

### AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

### SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

**Resolução n.º 27/2009:**

Approva a Estratégia para a Concessão de Áreas para as Operações Petrolíferas.

**Resolução n.º 28/2009:**

Approva a Estratégia para Aplicação e Disseminação dos Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos.

### CONSELHO DE MINISTROS

**Resolução n.º 27/2009**

de 8 de Junho

Havendo necessidade de estabelecer a Estratégia para a Concessão de Áreas as Operações Petrolíferas, nas áreas localizadas nas bacias sedimentares do território nacional e de outras áreas territoriais ou internacionais; incluindo o seu mar territorial e a sua zona económica exclusiva e plataforma continental, usando da competência atribuída pela alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Único. É aprovada a Estratégia para a Concessão de Áreas para as Operações Petrolíferas, em anexo, que constitui parte integrante da presente Resolução.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 31 de Março de 2009.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Luísa Dias Diogo*

**Estratégia para Concessão de Áreas para as Operações Petrolíferas**

### Introdução

No prosseguimento das actividades acometidas ao sector e com vista a assegurar a boa e eficiente gestão das áreas e dos potenciais recursos existentes, foi elaborada a Estratégia que norteará o processo de concessão de direitos para pesquisa e produção de petróleo em território nacional e nas áreas territoriais ou internacionais, incluindo no mar territorial e a sua zona económica exclusiva e plataforma continental, relativamente aos quais, segundo o direito internacional, Moçambique tem direitos de soberania para finalidade de pesquisa, exploração e extracção dos seus recursos naturais.

Esta Estratégia visa garantir a continuação da pesquisa sistemática de hidrocarbonetos nas bacias de Moçambique e Rovuma e promover o investimento na pesquisa e produção de hidrocarbonetos no território nacional, bem como definir as áreas prospectivas prioritárias para o exercício da actividade de forma transparente e de acordo com as boas práticas internacionalmente aceites na indústria.

No concernente às potencialidades das bacias sedimentares nacionais, estas oferecem áreas com forte potencial para a ocorrência de petróleo, existindo já descobertas de gás natural que datam dos anos 60, sendo as mais recentes as do ano de 2003 e 2008. Dos trabalhos efectuados nas principais bacias sedimentares, nomeadamente, de Moçambique e Rovuma, o país adquiriu cerca de 86 000 km de sísmica e fez 122 furos dos quais 66 são de pesquisa e 97 furos, dos quais 83 são de pesquisa, respectivamente. Não obstante, Moçambique é ainda considerado um país com bacias pouco estudadas, dada a baixa densidade de furos de pesquisa por unidade de área (km<sup>2</sup>).

Quanto à caracterização das bacias sedimentares, a bacia de Moçambique com uma área de cerca de 300 000Km<sup>2</sup>, possui uma densidade de cerca de 1 furo por 8 000 km<sup>2</sup> em terra e de 1 furo por 17 000 km<sup>2</sup> no mar, enquanto que a de Rovuma com 60 000 Km<sup>2</sup> possui uma densidade de 1 furo por 17 000 km<sup>2</sup> em terra, e nenhum furo no mar. Nas restantes bacias não houve actividades de pesquisa considerável.

Das descobertas feitas, estão confirmados cerca de 3.6 triliões de pés cúbicos (TCF) de reservas provadas de gás natural nos campos de gás de Pande, Temane e Inhassoro, sendo que as reservas potenciais ascendem a 5 triliões de pés cúbicos. Para efeitos de aproveitamento das reservas foram assinados contratos

**Resolução n.º 28/2009**

de 8 de Junho

A construção de infra-estruturas privilegiando o uso de materiais de construção convencionais promovidas pelas instituições do Estado e o preço desses materiais contribuem para o elevado custo das empreitadas e conseqüentemente uma fraca resposta a demanda das infra-estruturas de utilidade pública tais como escolas, hospitais, mercados assim como de habitação dentre outras.

Havendo necessidade de se adoptar um instrumento que tenha por objectivo contribuir para a redução do custo da construção e promover o crescimento económico e social salvaguardando a segurança e qualidade dos materiais de construção e das construções, no uso das competências que lhe são atribuídas pela alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Único. É aprovada a Estratégia para Aplicação e Disseminação dos Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos em anexo à presente Resolução, dela fazendo parte integrante.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 14 de Abril de 2009.

Publique-se

A Primeira-Ministra, *Luísa Dias Diogo*.

## **Estratégia para Aplicação e Disseminação dos Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos**

### **1. Introdução**

O presente documento constitui a Estratégia para Aplicação e Disseminação dos Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos.

Entende-se, neste documento, como Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos todo “o material, componente, sistema ou processo construtivo que incorpora uma nova ideia e representa uma alternativa tecnológica ao existente quanto ao desempenho, qualidade e custo da edificação, no seu todo ou em uma ou mais partes”.

É importante destacar que, neste documento, entende-se “Sistema de Aplicação e Disseminação dos Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos” ou meramente “Sistema” como sendo o trabalho coordenado dos diversos actores envolvidos nos processos de investigação, produção, construção, disseminação e aplicação destes materiais e sistemas bem como de homologação e normalização dos mesmos. Neste documento, por “Sistema de Homologação”, entende-se o trabalho coordenado de parte destes actores, envolvidos processos de homologação, de normalização e certificação e de multiplicação, formação e capacitação.

A implementação da presente Estratégia resultará da participação activa dos diversos actores do Sistema, a qual será gerida e coordenada por uma Estrutura de Gestão da Implementação da Estratégia. Por outro lado, o próprio processo de implementação da Estratégia terá o impacto de reforçar os referidos Sistemas.

Pretende-se adoptar esta estratégia com a finalidade de institucionalizar e encorajar a sua utilização e massificação no país, tendo em vista a edificação de infra-estruturas por artesãos, comunidades, empreiteiros e particulares.

O presente documento de Estratégia para a Aplicação e Disseminação de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos está dividido em duas partes.

A primeira parte apresenta os antecedentes, contexto e justificação sobre o trabalho que a equipa interdisciplinar, liderada pelo MOPH, levou a cabo nos últimos três anos. Este trabalho foi realizado tanto a nível nacional como a nível internacional.

A segunda parte apresenta a proposta da Estratégia para a aplicação de materiais e sistemas construtivos alternativos nos próximos anos. Alguns temas tratados nesta parte dizem respeito à definição de elementos estratégicos tais como a missão, visão, valores e os objectivos estratégicos e Estratégia de cada Pilar.

### **2. Antecedentes**

#### *2.1. O trabalho realizado nos últimos quatro anos neste domínio*

Nos últimos quatro anos o Ministério das Obras Públicas e Habitação, através da Direcção Nacional de Edificações, liderando um grupo de trabalho intersectorial que inclui várias instituições do Estado e com a colaboração do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD/Norte) e a Agência Governamental Alemã – PPF/D/GTZ, iniciou a abordagem sobre Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos, nos panoramas nacional, regional e intercontinental. As experiências nacionais, regionais e internacionais, até agora recolhidas, permitiram sistematizar e elaborar a presente Estratégia para desenvolvimento de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos que pretende responder à grande demanda na construção de edifícios em Moçambique.

Para além de estudos realizados, o grupo de trabalho intersectorial acima referido organizou dois seminários regionais em Chimoio (Seminário Regional da Zona Centro) e Pemba (Seminário Inter-regional das Zonas Centro e Norte), e um Seminário Nacional em Maputo. Estes seminários tinham como objectivo principal recolher e sistematizar exemplos e boas práticas de construção em todo o país bem como analisar o papel dos diferentes intervenientes no sistema de homologação. Os resultados obtidos nesses seminários contribuíram para a elaboração da presente Estratégia.

#### *2.2. Razões porque o Governo tem interesse na utilização de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos*

A construção de infra-estruturas privilegiando o uso de materiais de construção convencionais promovidas pelas instituições do Estado e o custo desses materiais contribuem para o elevado custo das empreitadas e conseqüentemente uma fraca resposta a demanda das infra-estruturas de utilidade pública tais como, escolas, hospitais, mercados assim como de habitação dentre outras.

Entretanto, de uma forma dispersa, assiste-se um pouco por todo o país, à construção de infra-estruturas usando materiais locais e alternativos promovidos pelas comunidades e organizações não-governamentais sem o devido acompanhamento das Instituições do Ministério das Obras Públicas e Habitação de modo a garantir segurança e qualidade dos materiais e das construções.

O Programa Quinquenal do Governo definiu o uso de materiais de construção alternativos como uma solução para a edificação de infra-estruturas públicas e sociais no país. Assim, em 2005 o Ministério das Obras Públicas e Habitação elaborou um diagnóstico sobre materiais locais e sistemas construtivos

alternativos em uso em Moçambique assim como no meio construtivo internacional, resultando na recolha e sistematização de experiências da arte do bem-construir tanto no meio rural, suburbano e urbano.

Em Moçambique a falta de normas e de especificações técnicas, bem como uma inadequada interpretação e aplicabilidade do Regulamento Geral de Edificações Urbanas (REGEU), foram identificados como barreiras para uma disseminação adequada dos materiais e sistemas construtivos alternativos. No entanto, o REGEU prevê e acomoda a inovação na construção com recurso a esses materiais desde que estes sejam previamente comprovados pelo Laboratório de Engenharia de Moçambique ou certificados por Comissões de Certificação Provisórias de que a presente estratégia pretende constituir.

Tendo em vista contribuir para a massificação do processo produtivo de infra-estruturas públicas de que tanto o país necessita e em face do diagnóstico elaborado foi desenhada a presente Estratégia que tem por finalidade: o resgate das boas práticas da arte do bem-construir; a introdução de metodologias para aplicação de novos materiais de construção bem como a formação e capacitação de pequenas e médias empresas de construção como forma de contribuir para a redução do custo da construção e promoção do crescimento da economia local.

Esta estratégia enquadra-se nos objectivos do Programa do Governo e do PARPA promovendo acções de disseminação do conhecimento, de investigação e de padronização dos materiais locais e dos sistemas construtivos tradicionais e alternativos com vista à massificação da sua produção e do seu uso. Na prática com estes pressupostos, estabelecem-se condições para a criação de novos postos de trabalho e oportunidades de negócio para a população local.

### 2.3. Constrangimentos na aplicação dos materiais e sistemas construtivos alternativos

Em Moçambique apesar de não existir a produção de normas para o uso de materiais, componentes e sistemas construtivos alternativos a construção/produção de infra-estruturas com recurso a estes é uma realidade. Mesmo na ausência de uma comissão técnica com capacidade para a produção de relatórios técnicos e elaboração de normas provisórias de materiais, componentes e sistemas construtivos alternativos há práticas e experiências acumuladas no domínio. A falta de normas e/ou de especificações técnicas impede a disseminação de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos, bem como uma inadequada interpretação e aplicabilidade do Regulamento Geral de Edificações Urbanas (REGEU).

A utilização de materiais e sistemas construtivos alternativos em Moçambique tem enfrentado alguns constrangimentos institucionais relacionados com:

- a) Ausência de legislação específica aplicável aos materiais de construção inovativos;
- b) Dificuldade na elaboração de especificações técnicas que permitam garantir uma melhor qualidade e um maior controle da construção;
- c) Receio em relação à durabilidade dos materiais e tecnologias alternativos (medo do desconhecido);
- d) A limitada expansão territorial do laboratório de Engenharia de Moçambique, como laboratório de referência, para o teste e ensaio de materiais de construção, investigação aplicada, bem, como para o controlo de qualidade das obras;

- e) A exiguidade de recursos humanos, técnicos e financeiros para a prossecução das actividades de investigação científica e aplicada no sector das obras públicas e construção;
- f) O sistema de licenciamento para construção ainda não oferece certificação de conformidade, não havendo seguro nem garantia;
- g) Os projectos de construção para habitação carecem de estudos geotécnicos;
- h) Falta de padronização de equipamentos utilizados na produção de materiais (caso do bloco estabilizado de solo-cimento), causado pela importação dos mesmos de diferentes países, facto que dificulta a aquisição de peças sobressalentes, e
- i) Percepção de que a utilização de materiais e sistemas construtivos alternativos é sinal de pobreza.

## 3. Diagnóstico estratégico

### 3.1. Análise externa

Foram identificadas as expectativas para os diferentes grupos de intervenientes externos, bem como as possíveis acções de resposta para a elaboração da Estratégia.

Em relação a utilização futura dos materiais de construção não convencionais e sistemas construtivos alternativos:

- a) A utilização dos materiais alternativos e sistemas construtivos não convencionais contribuirá para a criação de emprego e que a sua utilização é uma alternativa viável aos materiais convencionais; e
- b) A criação dum programa nacional para produção e aplicação de materiais de construção não convencionais e sistemas construtivos alternativos vai encorajar as instituições, as comunidades locais, os artesãos e os empreiteiros a utilizar estas tecnologias.

Por outro lado, pelo menos, 75% das instituições externas entrevistadas concordam que a utilização dos materiais não convencionais e sistemas construtivos alternativos contribuirá para a redução dos custos de construção.

### 3.2. Análise interna

Foram identificadas as principais expectativas para os diferentes grupos de actores internos, bem como as possíveis acções de resposta com a elaboração da Estratégia em relação a utilização futura dos materiais de construção não convencionais e sistemas construtivos alternativos:

- a) A utilização dos materiais não convencionais e sistemas construtivos alternativos é uma alternativa aos materiais convencionais e que a sua utilização contribuirá para a redução dos custos de construção;
- b) O desenho duma Estratégia vai encorajar as instituições, as comunidades locais, os artesãos e os empreiteiros a utilizar estas tecnologias.

Por outro lado grande parte das instituições internas entrevistadas concorda que a utilização dos materiais alternativos e sistemas construtivos não convencionais contribuirá para a criação de emprego.

### 3.3. Síntese do diagnóstico estratégico

Dentre os papéis dos actores internos destacam-se:

- a) O papel central da DNE como instituição coordenadora dos diferentes intervenientes e do seu papel de

promotor das acções de promoção dos conhecimentos de construções realizadas em parceria com o MCT na qualidade de instituição promotora das pesquisas e investigação;

- b) O papel central do LEM para garantir a qualidade dos materiais e sistemas construtivos;
- c) O papel do INNOQ como instituição de normalização e certificação;
- d) O papel da DNHU e FFH como agente massificador e multiplicador junto dos grandes infra-estruturadores que são o MEC, MISAU e MAE;
- e) O papel das DPOPH's como promotor do sistema ao nível provincial; e

- f) O papel do artesão e dos produtores de materiais na qualidade de produtores, utilizadores, e executor de obras ao nível local.

#### 4. Pilares da Estratégia

A Estratégia foi estruturada em cinco Pilares que, pela sua relevância e potencial impacto, quer na vida dos cidadãos quer no funcionamento interno do sistema, foram consideradas prioritárias. Estes Pilares têm especificidades próprias e podem ser tratados como especialidades, sendo também interdependentes.

Pilar	Justificação
Normas e qualidade	O desenvolvimento e observância de normas e padrões de qualidade respeitantes à utilização de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos ainda é incipiente e urge fortalecer este domínio. Este Pilar permitirá a padronização de materiais e sistemas construtivos e a definição de especificações técnicas a que os materiais devem obedecer, o que contribuirá para a melhoria da qualidade das infra-estruturas.
Pesquisa, bases de dados e gestão do conhecimento	Pouca ou nenhuma pesquisa tem sido feita no domínio da utilização de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos. Contudo, é importante que trabalhos de pesquisa e inovações sejam levados a cabo para se poder gerar conhecimento que se consolida através de um banco de dados. Esta pesquisa permitirá a inovação e incorporação de produtos novos no sistema com vista a oferecer mais alternativas ao mercado de construção. Não obstante, há ainda a necessidade de melhorar os materiais não convencionais existentes e de adequá-los à realidade local.
Formação e capacitação	São poucos os técnicos, empreiteiros, artesãos e outros que estão habilitados a utilizar os Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos. Potenciar os principais actores do sistema de conhecimentos e habilidades para uma melhor utilização de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos.
Divulgação e multiplicação	As experiências e conhecimentos acumulados no domínio da utilização de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos ainda são isoladas geograficamente e de domínio de algumas pessoas/instituições e geralmente encontram-se na fase de experimentação.
Desenvolvimento institucional	Até agora o assunto de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos é tratado de forma sectorial e observa-se grande dispersão de esforços e pouca sinergia entre as acções das diversas instituições. Há necessidade de fortalecimento das instituições que fazem parte do sistema.

### 5. Estratégia

#### 5.1. Missão

A Missão para o Sistema para a Aplicação e Disseminação de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos é definida como sendo:

- Promover a arte do bem construir utilizando técnicas de produção e construção com materiais e sistemas alternativos por forma a garantir segurança conforto e durabilidade das infra-estruturas, reduzindo os custos de construção e contribuindo para a criação de emprego, inovação e riqueza no país

#### 5.2. Visão

Para o Sistema é definida a seguinte visão:

- Sistema investigador, produtor e construtor que desenvolve, homologa, normaliza e aplica materiais e sistemas construtivos alternativos contribuindo para melhorar a qualidade e quantidade de infra-estruturas.

#### 5.3. Valores

São definidos como Valores Centrais para o Sistema, os seguintes:

- Sinergia entre instituições (maior interacção interinstitucional);
- Empenho, dedicação e partilha do conhecimento;
- Excelência e disciplina (qualidade, conforto e durabilidade);
- Respeito pela tradição e cultura local ;
- Defesa e respeito pela sustentabilidade ambiental;
- Transparência e prestação de contas;
- Orientação para necessidades e expectativas dos cidadãos;
- Criatividade, inovação e espírito de abertura.

#### 5.4. Objectivos estratégicos

O objectivo geral da Estratégia para Aplicação e Disseminação dos Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos é:

Definir linhas de orientação para o fomento de infra-estruturas públicas, sociais e privadas através de alternativas de construção fiáveis e duráveis e da promoção da indústria de construção de forma gradual, contínua e sustentável.

Os objectivos específicos dos Pilares da Estratégia para Aplicação e Disseminação dos Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos são os abaixo descritos:

Pilar	Objectivos
Normas e qualidade	Assegurar que os Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos sejam padronizados por forma a conferir qualidade, segurança, conforto e facilidade de aplicação.
Pesquisa, bases de dados e gestão do conhecimento	Criar um ambiente favorável para a realização de pesquisas, geração de conhecimento e aplicação dos seus resultados na indústria da construção.
Formação e capacitação	Criar condições para formar e capacitar os intervenientes no sistema de modo a dotá-los de conhecimentos e habilidades para a produção e aplicação de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos.
Divulgação e multiplicação	Estabelecer um sistema de disseminação de experiências, inovações e conhecimentos acumulados no domínio da utilização de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos.
Desenvolvimento Institucional	Assegurar uma maior coordenação e sinergias entre as instituições para a produção e aplicação de materiais e sistemas construtivos alternativos.

### 5.5. Estratégias para os Pilares

Para cada um dos cinco Pilares é desenhado um conjunto de estratégias para alcançar os seus objectivos tomando em conta os factores críticos de sucesso identificados no diagnóstico, as prioridades de intervenção definidas pelos actores internos e externos do sistema e os resultados por alcançar. A tabela seguinte apresenta essas estratégias.

#### Estratégias para os Pilares do Sistema para Aplicação de Materiais e Sistemas Construtivos Alternativos

Pilar	Estratégias
Normas e qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Priorizar a elaboração de normas para os materiais alternativos já em uso no País na base de levantamentos e pesquisas realizadas;</li> <li>– Priorizar a homologação e certificação de materiais, componentes e sistemas construtivos em infra-estruturas já existentes;</li> <li>– Priorizar a implementação de kits de campo e/ou laboratórios distritais para a testagem de materiais;</li> <li>– Fortalecer as instituições de homologação, normalização e certificação e expandir os seus serviços para províncias.</li> </ul>
Pesquisa, bases de dados e gestão do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Promover a realização de visitas de estudos e pesquisas para aumentar o conhecimento das construções já realizadas.</li> <li>– Realizar acções de levantamento e mapeamento dos materiais incluindo a sua extracção, produção e aplicação para alimentar as bases de dados.</li> <li>– Realizar estudos de impacto ambiental resultantes da extracção, produção e aplicação de materiais alternativos e identificar as melhores opções para gerir os riscos.</li> <li>– Elaborar programas sustentáveis de pesquisa e inovação para incorporar novos produtos.</li> <li>– Assegurar uma gestão coordenada dos bancos de dados e facilitar o seu acesso.</li> </ul>
Formação e capacitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Conceber e implementar um sistema de formação destinado a micro-empregados, artesãos e técnicos distritais.</li> <li>– Desenhar manuais práticos para os utilizadores com linguagem adequada a cada grupo-alvo.</li> <li>– Coordenar com instituições de ensino para a inclusão dessas matérias no sistema nacional de educação.</li> <li>– Produzir materiais de divulgação com linguagem apropriada para os grupos-alvo.</li> </ul>

Pilar	Estratégias
Divulgação e multiplicação	<p>Criar parcerias com meios de comunicação social e outros intervenientes (como p.e. ONG's) para uma divulgação mais ampla da Estratégia, experiências, inovações e conhecimentos acumulados;</p> <p>Encorajar a elaboração e adequação de projectos-tipo a cada região tomando em conta os materiais alternativos existentes.</p>
Desenvolvimento institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Promover um ambiente favorável para a colaboração interinstitucional na implementação da Estratégia;</li> <li>– Analisar a legislação/regulamentos existentes e propor melhoramentos para adequá-los aos materiais e sistemas construtivos alternativos;</li> <li>– Fortalecer a capacidade institucional dos intervenientes para uma implementação eficaz do seu papel;</li> <li>– Mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros para a implementação da Estratégia.</li> </ul>

### Lista de acrónimos

CFP	– Centro de Formação Profissional
CP	– Contrato Programa
CPLP	– Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DEP	– Departamento de Estudos e Projectos (da DNE)
DNE	– Direcção Nacional de Edificações
DNHU	– Direcção Nacional de Habitação e Urbanismo
DPOPH	– Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação
INEFP	– Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INNOQ	– Instituto Nacional de Normaçoão e Qualidade
LEM	– Laboratório de Engenharia de Moçambique
MAE	– Ministério da Administração Estatal
MCT	– Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC	– Ministério da Educação e Cultura
MERA	– Micro Empresa Rural Associativa
MF	– Ministério das Finanças
MIC	– Ministério da Indústria e Comércio
MICOA	– Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
MINAG	– Ministério da Agricultura
MINEC	– Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MINTRAB	– Ministério do Trabalho
MIREM	– Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MISAU	– Ministério da Saúde
MOPH	– Ministério das Obras Públicas e Habitação
OIIL	– Orçamento de Investimento à Iniciativa Local
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONG	– Organização Não Governamental
PEDD	– Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital
PESOD	– Plano Económico e Social Distrital
POT	– Plano de Ordenamento Territorial
PPFD	– Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
REGEU	– Regulamento Geral de Edificações Urbanas
SADC	– Southern African Development Community
SDPI	– Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
	– Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas

Preço —5,00 MT

---

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE